

**Estremeceram
as montanhas
do atlântico
sul: mundos
do trabalho no
prisma
transatlântico**



**Thompson Clímaco
Alves¹**

**The mountains
of the south
atlantic shook:
worlds of labor
in the
transatlantic
prism**

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir as possibilidades teóricas e metodológicas presentes na articulação entre História Atlântica e História Social do Trabalho. A partir dos estudos clássicos que deram origem a essa confluência entre os dois campos, bem como sua influência na historiografia brasileira. Além disso, o dossiê (*Outros*) *Trabalhadores livres no atlântico oitocentista*, da *Revista Mundos do Trabalho*, será analisado com o intuito de perceber como ocorre a mobilização do mundo atlântico em pesquisas inscritas na história social do trabalho e ao mesmo tempo ressaltar os desafios, benesses e especificidades da intersecção desses dois campos historiográficos para a compreensão de classe trabalhadora e trabalho livre anterior ao século XX.

Palavras-chave: história atlântica; história social do trabalho; historiografia.

Abstract

This article aims to discuss the theoretical and methodological possibilities present in the articulation between Atlantic History and Labor History. From the classical studies that gave rise to this confluence between the two fields, as well as their influence on Brazilian historiography. In addition, the dossier (*Other*) *Free Workers in the 19th century Atlantic*, from *Mundos do Trabalho* Magazine, will be analyzed in order to understand how the mobilization of the Atlantic world occurs in research inscribed in the labor history and at the same time highlight the challenges, benefits and specificities of the intersection of these two historiographical fields for the understanding of working class and free work prior to the 20th century.

Keywords: Atlantic history; labor history; historiography.

Introdução: debates clássicos da história atlântica e sua vinculação com a história social do trabalho

Os estudos a respeito da história atlântica têm como intuito evidenciar as conexões presentes no mundo atlântico, assim como a pertinência e protagonismo do continente africano neste processo. Consoante com o historiador britânico A.J.R Russell-Wood, história atlântica é um construto analítico e uma categoria explicativa que tem sido mobilizada para a organização de acontecimentos do período moderno desde o século XIV, ciclo de surgimento da bacia atlântica, que ainda segundo Wood, foi um sítio onde ocorreram intercâmbios demográficos, econômicos, sociais e culturais entre África, Europa, América do Sul e América do Norte (RUSSELL-WOOD, 2009).

Na mesma linha, a historiadora Mariana Schlickmann denota que a História Atlântica é uma nova abordagem que parte da premissa de que a África não era isolada. Logo, havia uma integração tanto entre as populações locais como com as europeias, estabelecidas por meio do Oceano Atlântico. Estas relações estabelecidas, afirma ela, não são tratadas por estes novos estudos na perspectiva da metrópole-colônia, centro-periferia (SCHILIKIMANN, 2016, p. 2016).

A partir das contribuições de Wood e Schlickmann é possível perceber que história atlântica é um campo de estudo e ao mesmo tempo uma categoria explicativa com o intuito de descentralizar a história dos estados nacionais e a hegemonia europeia presentes na historiografia de forma geral. Seguindo a perspectiva de especialistas na área, um dos principais aspectos da História Atlântica é destacar as especificidades das Américas e África em um contexto global.

Enquanto as discussões em relação ao recorte geográfico parecem estar bem definidas na história atlântica, o recorte temporal, especificamente “o término” deste intercâmbio que ocorre desde o século XIV, ainda é bastante discutido. Dado que para uns o fim desta perspectiva atlântica ocorre em 1835, período marcado por grandes revoltas nas américas, outros demarcam a proibição do tráfico de escravos no Brasil, em 1850, como marco nesse processo, já um grupo ainda menor, ressalta o fim da escravidão em 1888.

Essa dificuldade em torno das limitações da história atlântica está relacionada às críticas de Russel-Wood, Estevam Thompson e outros/as sobre o

demasiado enfoque no “Atlântico Norte”. Um dos motivos para tamanha ênfase se dá pelo fato dos principais teóricos do campo serem estadunidenses e/ou europeus. Ainda que algumas das referências basilares da área como David Armitage (2002), Bernard Bailyn (2005), Marcus Rediker, Philip Morgan (2008) e outros mais, buscassem constituir uma noção transatlântica e transnacional. Particularmente sobre as Américas, houve uma tendência maior para questões em torno do Atlântico Norte de língua inglesa (pelo menos a princípio). Conforme E. C. Thompson, há uma série de lacunas em relação ao Atlântico Sul de língua portuguesa, principalmente sobre as complexas redes comerciais estabelecidas em África, mercados consumidores de escravizados e as trocas culturais específicas ocorridas no espaço atlântico ao sul do equador (THOMPSON, 2012).

Similarmente, Russell-Wood reitera o protagonismo do Atlântico luso-afro-brasileiro (termo utilizado por ele) em relação a formação de línguas, culturas, redes comerciais e hierarquias sociais, tanto quanto o Atlântico de língua inglesa e francesa. Wood ainda atenta para que não seja constituído uma noção atlântica baseada prioritariamente nas necessidades europeias, pois também havia autonomia dos impérios africanos, tal a agência de africanos/as neste processo (RUSSELL-WOOD, 2009, p. 22-24).

No entanto, o papel de África nessas relações transatlânticas é outro ponto crasso nos debates historiográficos atlanticistas. Em conformidade com Estevam Costa Thompson (2012, p. 89-90), o continente africano foi resumido ao tráfico de escravizados por parte de análises economicistas sobre o atlântico. Essas abordagens reforçam as críticas expostas acima acerca da construção de um Atlântico embranquecido e dominado por culturas europeias.

Assim, com o intuito de salientar o protagonismo africano seus descendentes em processo de diáspora, Paul Gilroy (2012) mobiliza o conceito de *Atlântico negro* justamente para demonstrar às experiências do povo negro no mundo moderno. Gilroy (2012) salienta a importância da categoria *raça* nos estudos sobre modernidade e mundo atlântico que ressaltam a contribuição negra na construção cultural, econômica e política, principalmente no Atlântico Norte. O historiador C.L.R James (2010), assim como Gilroy (2012), busca destacar a participação e influência da revolução haitiana no mundo atlântico. James realiza uma análise ímpar de uma das maiores revoltas de escravizados já registrada entre a antiguidade clássica e o tempo moderno, a partir das experiências e

particularidades dos escravizados locais que direta e indiretamente estão interligadas com a história atlântica.

W.E.B. Du Bois é outro intelectual imprescindível para novas perspectivas relacionadas ao protagonismo negro e a noção de raça nos estudos atlanticistas. Pois para ele, o tráfico transatlântico de escravizados foi o “drama mais espetacular dos últimos mil anos da história da humanidade” (DU BOIS, 1935, p. 757). Além disso, Du Bois denota que desconsiderar esse processo de escravização e tráfico incessante de pessoas, é desconsiderar parte do “nosso movimento operário” (DU BOIS, 1935, p. 757). Essa afirmação do sociólogo estadunidense é um ponto de interseção entre história atlântica e história social do trabalho e influenciou importantes nomes como Peter Linebaugh (1983), Marcus Rediker (2008) e outros, do mesmo modo que suscitou novas pesquisas e análises.

Por meio da provocação de Du Bois (1935) e da contribuição de categorias explicativas caras da história social do trabalho, mobilizadas nas obras de E.P Thompson (1987; 2018) e Eric Hobsbawm (1987), como *exploração*, *experiência* e *modo de produção*. Linebaugh busca demonstrar que as tradições radicais inglesas e modos de produção desde o século XVII eram atlânticas. Uma vez que para ele, modo de produção não é apenas fonte de riqueza ou meio de criação de valor e sim um quadro de interação que conduz e molda a experiência humana.

Em síntese, para o historiador estadunidense, os modos de produção do século XVII em diante proporcionaram características específicas nas classes trabalhadoras que mais tarde seriam reunidas no movimento operário inglês, sendo o sistema de *plantation* responsável pela cooperação em massa na história moderna, já a manufatura teria criado o trabalhador fragmentado por tarefas e as navegações (ponto que mais nos interessa aqui) teriam constituído um ambiente peculiar onde havia articulação de regras disciplinares e grande variável de capital o que prefiguraria a fábrica no futuro, afirma Linebaugh (1983)²⁹.

Entretanto, essa grande variável de capital oriundo das navegações se dava justamente pelo tráfico de escravizados, como caracterizado por Linebaugh (1983):

O navio carregava o trabalho cristalizado; e levava trabalho vivo [...] sobretudo tráfico de escravos africanos”, ou seja, pensar essas

²⁹ O título deste artigo é inspirado na obra de Peter Linebaugh “Todas as montanhas atlânticas estremeceram” (1983) e ao mesmo tempo é uma provocação historiográfica que será melhor compreendida ao longo do artigo.

relações do atlântico por uma perspectiva meramente econômica e ou romantizada, é justamente esconder parte do “nosso movimento operário” (LINEBAUGH, 1983, p. 32).

Desta forma, as contribuições de Peter Linebaugh (1983) buscam realizar, sem fetichismo teórico-metodológico e demasiado enfoque nas relações econômicas, uma análise social do trabalho no mundo atlântico. Dado que ocorriam interações de diferentes raças, etnias, culturas e línguas nos navios que cruzavam o mar de Atlas, este processo composto por homens e mulheres tão heterógenos a bordo dos navios teria produzido uma circulação de experiências no interior dessas grandes multidões, transportadas à força, durante todo o processo de imperialismo europeu, desde o século XVI. Este movimento intelectual de Linebaugh também pode ser caracterizado como uma confluência entre história atlântica e história social do trabalho.

Nesse sentido, a obra *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário* de Peter Linebaugh e Marcus Rediker (2008) também faz parte desta conexão entre mundos do trabalho e história atlântica. Uma vez que os historiadores constituem uma história do atlântico vista de baixo, por meio dos motins, revoltas e outras movimentações das classes trabalhadoras no período de formação do capitalismo na idade moderna, com ênfase para a Inglaterra. A partir da analogia do Mito de Hércules e a Hidra, sendo o deus grego a representação das forças coloniais (principalmente inglesas) já a Hidra de Lerna simboliza as múltiplas cabeças dos operários, marinheiros, piratas, escravizados entre outros, bem como a dificuldade de impor o regime de trabalho capitalistas a esses grupos que de uma forma ou de outra, se reformulavam como a cabeça de uma hidra (LINEBAUGH; REDIKER, 2008).

Ao mobilizar o conceito de *proletariado atlântico*, Linebaugh & Rediker (2008) demonstram as trocas de experiência que influenciaram ações e pretensões revolucionários muitas vezes não esperadas no mar de Atlas. De maneira geral, este livro possui grande relevância na historiografia, justamente por proporcionar uma outra perspectiva em relação a formação da classe trabalhadora e expansão do capitalismo que perpassa pela história social do trabalho, história moderna e história atlântica.

Outro livro fundamental que também realiza esta conexão entre os campos historiográficos descritos acima é *O navio negreiro: uma história humana* de Marcus

Rediker (2011). Visto que o historiador estadunidense adota uma metodologia que prioriza a reconstrução das trajetórias pessoais de escravizados e libertos traficados no Atlântico, bem como formas de resistência e sociabilidade presente nos navios negreiros (REDIKER, 2011), algo semelhante à perspectiva social presente em *A Hidra de Muitas Cabeças* (2008). Igualmente ao seu trabalho com Peter Linebaugh, este livro é bastante influente nas pesquisas inscritas na histórica social acerca do tráfico atlântico.

Entretanto, por mais influente que sejam essas produções que vinculem as relações econômicas políticas e sociais do atlântico com os mundos do trabalho, elas focalizam em especificidades do Atlântico Norte, tal como boa parte dos trabalhos inscritos “somente” na história atlântica expostos no início do texto. Um dos principais motivos é o fato de que os autores são nativos da América do Norte e Europa. Quando não são os mesmos autores presentes nos dois debates, como o caso de Linebaugh e Rediker. Além disso, diferentes historiadores como Robert Sweeny (1988) e Roquinaldo Ferreira (2011), em diferentes análises, chegam a conclusões muito parecidas. O primeiro sobre o trabalho de Linebaugh e o segundo em relação a Rediker, a respeito do eurocentrismo e ênfase no Atlântico Norte.

Apesar do pouco ou quase nenhum destaque dado ao Atlântico Sul e outras críticas teóricas e metodológicas como generalização e anacronismo — por parte desses historiadores atlanticistas que buscaram identificar uma constituição heterogênea de classe durante o processo de expansão do capitalismo³⁰ —, houve um grande movimento na historiografia brasileira inspiradas por essas provocações.

Sendo assim, a próxima seção deste artigo tem como objetivo demonstrar, de forma sucinta, como essas perspectivas atlânticas, principalmente de Linebaugh e Rediker (2008), foram mobilizadas para pensar as relações sociais entre Brasil e África, dos trabalhos mais tradicionais aos mais recentes, mesmo que muitas delas não tenham como prioridade o debate sobre os mundos do trabalho.

Em seguida, serão analisados os artigos do dossiê “(Outros) Trabalhadores livres no atlântico oitocentista” da *Revista Mundos do Trabalho* com o intuito de

³⁰ Para Robert Sweeny a proletarianização ou entendimento dos marinheiros como classe no século XVII, realizada por Linebaugh, sem um estudo mais aprofundado pode ser considerada um anacronismo. Além disso, por condensar 200 anos de história Linebaugh em sua visão generaliza muitos aspectos que para ele são como por exemplo o desenvolvimento das linguagens que circulavam no atlântico, segundo ele, as línguas crioulas são deixadas de lado pelo historiador estadunidense. Ver. **Outras canções de liberdade**: uma crítica de “Todas as montanhas do Atlântico Estremeceram” (SWEENY, 1988).

perceber como foi realizada à articulação com conceitos e metodologias da história atlântica em uma das mais conceituadas revistas relacionadas à História Social do Trabalho no Brasil e no exterior. Para mais, serão evidenciados como estes estudos contribuem para pensarmos relações raciais e mundos do trabalho no Brasil mediante questões trazidas do atlântico.

Aproximações entre história atlântica e história social do trabalho na historiografia brasileira

107

Apesar do menor enfoque no Atlântico Sul por parte das produções historiográficas internacionais, como demonstrado na introdução, historiadores/as brasileiros/as como João José Reis, Selma Pantoja, Luiz Felipe de Alencastro, Monica Lima, Flávio Gomes, Beatriz Mamigonian, Ynae Lopes dos Santos entre outros/as desenvolveram pesquisas originais que fizeram e ainda fazem estremecer as montanhas do Atlântico Sul no âmbito teórico e metodológico; mediante questões que, até então, só haviam sido pensadas para o norte do equador. Obviamente, devido às limitações deste artigo, não será possível realizar um levantamento massivo de todas essas obras e autores/as. Além disso, são destacadas as produções que de uma forma direta ou indireta perpassa pelos mundos do trabalho, seguindo a proposta do texto.

Desse modo, a tese de doutorado do historiador Flávio dos Santos Gomes *A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil* (1997) é uma das pesquisas que permeia entre os dois campos em questão neste artigo. A começar pelo título provocativo que remete ao livro de Linebaugh e Rediker *A hidra de muitas cabeças*. Gomes utiliza a metáfora da Hidra de Lerna para discutir os quilombos em diversas regiões do país e sua capacidade de reconfiguração diante das diversidades impostas, já os pântanos (habitat da Hidra) seriam os cenários socioeconômicos e demográficos onde eram constituídas as experiências quilombolas, que segundo ele ocorria majoritariamente na região norte do Brasil (GOMES, 1997).

Outro ponto importante da tese de Flávio Gomes é considerar a formação e interação dos quilombos no Brasil como atlânticos e pertencentes a história social do trabalho. Sobre o primeiro aspecto, segundo Gomes (2009, p. 29), a experiência de liberdade presente nos quilombos brasileiros é um construto atlântico, dado a composição e circulação existente no local formadas por africanos, seus

descendentes livres e escravizados, além de indígenas, fugitivos e outros grupos. Em relação ao pertencimento na história social do trabalho, o historiador denota que:

A história dos quilombos não só faz parte da história da escravidão: é a própria História Social do Trabalho no Brasil. Será muito difícil seguir em frente se não voltarmos para os séculos XVII e XVIII, tentando articular as experiências da colonização e do trabalho compulsório com aquelas do próprio trabalho livre assalariado e dos movimentos sociais rurais no final do século XIX e início do XX (GOMES, 1997, p. 718).

Em suma, Flávio Gomes realiza uma pesquisa ímpar e original sobre a constituição de quilombos no território brasileiro e por meio da categoria explicativa *campo negro*³¹ ressalta que estes não estavam isolados, pois integravam uma complexa rede com as senzalas, comércios locais, zonas portuárias e homens livres. Por toda obra, é nítido como os mundos do trabalho e experiências atlânticas se cruzam e ou se complementam na história dos quilombos brasileiros. Logo, dentre as várias inovações e contribuições da tese de Gomes, podemos ressaltar que ela é uma amostragem das benesses presentes na intersecção entre História Atlântica e História Social do Trabalho.

Nesta a linha, o livro *O Alufá Rufino: Tráfico, Escravidão e Liberdade no Atlântico Negro (c. 1822 c. 1853)* de João José Reis, Flávio Gomes e Marcus J.M. de Carvalho (2010) mobiliza, por meio da trajetória do africano Rufino José Maria, uma história social do tráfico e da escravidão do atlântico. A partir da micro-história os historiadores destacam especificidades do Brasil e de África, assim como a relação de ambos em relação ao tráfico de escravizados, trocas culturais e religiosas, tudo isso mediante os percursos de Rufino ao longo da vida.

Ao longo de sua trajetória no Brasil, Rufino reside em três Estados de intenso tráfico de escravizados na Bahia durante as guerras de independência, Rio Grande do Sul no início da Farroupilha e no Rio de Janeiro a partir de 1838. Durante todos esses percursos marcados por conflitos e modificações políticas e sociais no Brasil oitocentista, o trabalho é um marco na vida do malê Rufino, seja como aprendiz de boticário em Salvador e em Porto Alegre e por fim, na cidade do Rio de Janeiro, Rufino alista-se para trabalhar no navio negreiro. Devido a isso, é possível perceber

³¹ Esta categoria, mobilizada por Gomes (1997), reflete os espaços sociais, econômicos e geográficos dos quilombos e dos quilombolas. Logo, denota que os quilombos não estavam isolados das dinâmicas sociais oitocentistas e detinham relações com o comércio de sua respectiva área, senzalas e mocambos.

as marcas atlânticas nas cidades escravistas brasileiras, em especial o Rio de Janeiro, que segundo os autores do livro, se aproximava de uma “Extraordinária Babel Africana” (REIS; GOMES; CARVALHO, 2010, p. 71) e ao mesmo tempo que percebemos a diversidade étnica e cultural da cidade por meio das relações que cercam Rufino também podemos perceber que este livro trata de uma análise macro do tráfico de escravizados, sua rentabilidade e desumanidade em diferentes períodos do século XIX.

Mesmo que não seja o principal foco de Reis, Gomes e Carvalho (2010), o mundo do trabalho é praticamente inerente aos debates presentes no livro uma vez que a história do tráfico e da escravidão atlântica também constituem a história social do trabalho como demonstrado na introdução e ressaltado no início desta seção. A história de Rufino é parte de uma lógica escravista lucrativa que alimentava os mundos do trabalho oitocentista no Brasil (REIS; GOMES; CARVALHO, 2010, p. 481); sua experiência nos navios negreiros deixa claro que a cidade do Rio de Janeiro é parte de uma dinâmica atlântica tanto quanto àquelas discutidas por Linebaugh e Rediker (2008), mesmo que haja diferenças e particularidades entre o Norte e o Sul do mar de Atlas.

O *Alufá Rufino* [...] (REIS; GOMES; CARVALHO, 2010), por um prisma micro e macro bastante original, nos informa a respeito dos ganhos metodológicos presentes na relação entre história atlântica e história social que em diversos momentos também se inscreve na história social do trabalho. Outro trabalho de João Reis que realiza um movimento parecido é *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835*. Nessa obra, Reis demonstra que a revolta ocorrida na Bahia tem por base motivos religiosos, étnicos e, logicamente, a escravização. O historiador identifica que a maior parte dos escravizados do levante Malê eram africanos e “escravos de ganho”³², desta forma –por meio de contribuições thompsonianas – Reis (2003) denota a existência de uma identidade de classe entre os escravizados muçulmanos por meio de uma linguagem anti-senhorial e antiescravista. Esta perspectiva teórico-metodológica relacionada a noção de classe por escravizados africanos (ou seja, trazidos pelo Atlântico) mobilizada por João Reis no livro em questão, faz parte provocação e ou reivindicação de Du Bois

³² De maneira sucinta “Escravo de ganho” ou “ao ganho” eram escravizados urbanos que exerciam sua força de trabalho em diversos ramos na cidade e repassavam os ganhos aos senhores.

acerca da compreensão do “nosso movimento operário” oriundo do processo de escravização e tráfico Atlântico.

Em conformidade com a historiadora Beatriz Mamigonian, o fato de o Brasil ter recebido um terço de todos os escravizados trazidos para América possibilita um terreno fértil de pesquisa para variados campos da historiografia brasileira e internacional. Ademais, para Mamigonian os estudos sobre a experiência da travessia atlântica e suas rotas, bem como a etnia dos africanos trazidos para cá entre outras questões, suscitaram diferentes métodos com resultados bastante significativos como a trajetória de grupos e indivíduos trazidos de África, levantamento de batismo, casamento e óbitos (MAMIGONIAN, 2004, p. 35). Ainda de acordo com ela, é necessário reconstituir as diversas trajetórias do atlântico e historicizar sua experiência com o intuito de resgatar a multiplicidade de culturas que compuseram a população brasileira.

O trabalho da historiadora Isadora Moura Mota sobre a Revolta dos Parceiros na fazenda de Ibicaba em Vila de Limeira-SP, também perpassa pela a história atlântica e história social do trabalho. Uma vez que Moura Mota demonstra a relação entre escravizados e imigrantes alemães e suíços (também trazidos do Atlântico, ainda que em outro prisma de exploração e identidade) no conflito e como esses dois grupos com diferentes interesses políticos e sociais contribuem para o surgimento de interações originais no abolicionismo atlântico que estiveram presentes em outras revoltas negras em São Paulo (MOTA, 2021).

Além disso, Mota em uma análise social bastante atenta ressalta a capacidade de organização e o protagonismo dos escravizados, posto que muitas vezes fora direcionado apenas para os imigrantes. Dessa maneira, a historiadora afirma que “A alfabetização geopolítica de negros livres e cativos concedia sentidos diaspóricos à liberdade ao ligar o status dos escravizados brasileiros ao destino de outras comunidades negras nas Américas” (MOTA, 2021, p. 312). Por esse âmbito, Mota também contraria a leitura dos escravizados como massa de manobra e salienta uma população negra ciente dos acontecimentos e da luta por liberdade no atlântico.

Mesmo que seja muito recente, a pesquisa de Isadora Mota resgata noções teóricas caras da história social do trabalho ao mobilizar os mundos do trabalho rural no oeste paulista no século XIX, assim como vimos nos trabalhos clássicos de João Reis e Flávio Gomes no início da seção. Simultaneamente, também de forma ímpar,

Mota associa essa movimentação de escravizados e imigrantes sujeitos a outro tipo de servidão às tradições rebeldes atlânticas em busca de liberdade no período (MOTA, 2021, p. 324), ou seja, seu trabalho está no cerne dos dois campos historiográficos em questão neste artigo.

Ainda que de maneira muito sucinta, torna-se evidente que a historiografia brasileira articulou (por diferentes caminhos teórico-metodológicos) a história atlântica e história social do trabalho com originalidade, mesmo utilizando os aportes teóricos e provocações oriunda de pesquisas que focalizaram no Atlântico Norte. Neste tópico foi demonstrado como pesquisas variadas — principalmente da história social da escravidão — se inscreveram (e muitas vezes se reivindicaram) nos mundos do trabalho e nas tradições atlânticas. Posto isso, na próxima seção será demonstrado como historiadores sociais do trabalho mobilizam e inserem suas pesquisas na história atlântica na *Revista Mundos do Trabalho*, um dos periódicos mais respeitados do campo no Brasil e fora dele, como já ressaltado.

Aspectos conceituais atlanticistas mobilizados na história social do trabalho – análise do dossiê “(Outros) Trabalhadores livres no atlântico oitocentista” da *Revista Mundos do Trabalho*

Fundada em 2009, pelo GT “*Mundos do Trabalho*” da Associação Nacional de História (ANPUH-Brasil) a *Revista Mundos do Trabalho* tem como objetivo suprir lacunas dos/as pesquisadores/as da área referente a publicação, como consta no site do periódico. Desde sua criação até o presente momento são 14 volumes com um número por semestre até 2018 e após este foi adotada a publicação contínua³³. Em todos esses volumes é perceptível a variedade de temas e debates que obviamente priorizam os mundos do trabalho, mas ao mesmo tempo buscam dialogar com outras áreas da historiografia. Outro ponto bastante relevante é a variedade de autores tanto em âmbito nacional com pesquisadores do norte ao sul do país, como também a nível internacional, pois há produções de historiadores sul-americanos, africanos, europeus entre outros/as.

Em conformidade com o propósito da revista, em 2011 é lançado o dossiê

³³ *Revista Mundos do Trabalho*. Histórico da revista. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/HistoricalSummary>

“(Outros) Trabalhadores livres no atlântico oitocentista” organizado por Beatriz Mamigonian e Fabiane Popinigis, duas importantes historiadoras da área. Popinigis possui importantes produções a respeito dos trabalhadores do comércio, escravidão e luta por liberdade e pós-abolição dentre outros temas. Mamigonian, como já apresentada no tópico anterior, tem expertise acerca da história da escravidão, abolição do tráfico e transformações dos acerca da escravização ao longo do século XIX. A partir das linhas de pesquisa das duas organizadoras em questão, o dossiê tem como intuito destacar a existência de um mercado de trabalho anterior a abolição da escravidão em 1888 e capacidade dos escravizados reconhecerem o valor do seu trabalho (MAMIGONIAN; POPINIGIS, 2011, p. 4). Ademais, as outras formas de trabalho compulsório coetâneas à escravidão também fazem parte do escopo do dossiê, bem como a comparação de diferentes locais do atlântico escravista (MAMIGONIAN; POPINIGIS, 2011, p. 5).

Justamente por apresentar esta preocupação em demonstrar as semelhanças a respeito das formas de trabalho compulsório e noções de liberdade em diferentes pontos do Atlântico, o dossiê em questão, torna-se bastante importante para a perspectiva adotada neste artigo, pois, como destacado por Mamigonian e Popinigis:

A maioria dos artigos se integra ao que tem sido chamado de história atlântica, na área de escravidão, ou de história global, nos estudos de história do trabalho” e denotam “processos produtivos em transformação e a circulação de bens e trabalhadores entre diferentes territórios nacionais e imperiais” (MAMIGONIAN; POPINIGIS, 2011, p. 6).

“(Outros) Trabalhadores livres no atlântico oitocentista” é uma amostragem das benesses presentes nas partilhas teóricas e metodológicas relacionadas as transformações dos mundos do trabalho no século XIX, temas que cruzam a história social do trabalho, história da escravidão e história atlântica. O dossiê em questão conta com 5 artigos que serão expostos na sequência, mas não necessariamente na ordem publicada pela revista.

De acordo com Beatriz Mamigonian (2004, p. 43), há um benefício claro na observação dos escravizados e nas experiências africanas para a história social do trabalho. Mediante esse ponto de vista, o seu artigo “Em nome da liberdade: abolição do tráfico de escravos, o direito e o ramo brasileiro do recrutamento de africanos (Brasil – Caribe britânico, 1830-1850)”, evidencia como o recrutamento e

regaste de africanos no Brasil por meio de contratos de trabalho para as ilhas caribenhas, entre o final dos anos 1830 até 1850, contribuí para o enfraquecimento do tráfico negreiro no país.

Nesse artigo também é possível perceber a troca de experiência de liberdade e trabalho entre o Atlântico Norte e Sul, bem como a ampliação do sentido de africano livre nos dois continentes. Mamigonian traça o processo de recrutamento de africanos que foram trazidos para o Brasil pela marinha britânica após interceptar navios negreiros no atlântico. A historiadora apresenta um vasto corpo documental das autoridades brasileiras e britânicas na discussão, mas não deixa de destacar a experiência dos africanos livres, em especial os integrantes do navio *Flor de Luanda*. Pois para ela, esta política de recrutamento não resultou apenas no empenho das forças políticas brasileiras em sanar o tráfico — por questões diplomáticas com a Inglaterra e o medo de mais africanos serem levados para as ilhas caribenhas —, foi também um momento em que os marinheiros escravizados, escravos fugitivos e africanos livres vivenciaram o sistema escravista brasileiro e levam essa experiência com eles para atlântico norte no processo de migração para o caribe (MAMIGONIAN, 2011, p. 91).

Outrossim, ainda nesta linha acerca da experiência atlântica do trabalho nos navios negreiros o artigo de Walter Hawthorne (2011) “‘Sendo agora, como se fôssemos, uma família’: laços entre companheiros de viagem no navio negreiro Emília, no Rio de Janeiro e através do Mundo Atlântico” versa sobre a experiência dos africanos presentes no navio negreiro *Emília*. Por uma vertente bastante original Hawthorne suscita questões acerca do navio negreiro como um lugar de construção de comunidades, para além de um espaço de sofrimento e dor.

O historiador estadunidense traça a identidade étnica dos africanos do navio *Emília*, ressaltando as características dos locais de origem desses homens e mulheres para entender as relações constituídas por eles em alto mar. Este movimento de compreender a experiência dos africanos em diferentes pontos do atlântico é um recurso metodológico demasiadamente rico, embora bastante difícil identificar os mesmos nas fontes e tecer suas relações, experiências e afins no Brasil oitocentista.

Além disso, vale destacar o número de historiadores africanos mobilizados no texto de Hawthorne, sobretudo aqueles que analisam a etimologia e epistemologia de África e nos ajudam a entender melhor sobre as relações sociais no

século XIX e a própria composição do Brasil.

Após apresentar as composições étnicas dos africanos e como os laços estariam estabelecidos como o uso da palavra “malungo”³⁴ entre os/as integrantes do navio, Hawthorne demonstra o percurso de muitos desses africanos/as no Brasil e a dificuldade e se estabelecer no país, devido à falta de oportunidade de empregos. Segundo ele, cerca de 40 homens teriam sido contratados para trabalho no setor de iluminação da cidade do Rio de Janeiro, o restante variou bastante de funções; já as mulheres teriam se dividido entre as funções de passadeira, lavadeira e amas de leite (HAWTHORNE, 2011, p. 20). Ao mapear a dificuldade de inserção dos africanos nos mundos do trabalho oitocentista, o historiador norte-americano reforça o que nossa historiografia já havia constatado sobre a cidade do Rio de Janeiro não ter sido um território seguro e hospedeiro para negros/as livres. O autor deixa claro que alguns sobreviventes do *Emília* foram sequestrados, fora aqueles que se quer foi possível rastrear (HAWTHORNE, 2011, pp. 20-21).

As documentações e o trato dado a elas são outros pontos importantes para serem mencionados no artigo de Hawthorne. Uma vez que para tecer o caminho dos africanos do *Emília* no Brasil, são utilizados registros policiais, municipais, judiciais além de jornais do período. E é por meio de uma análise minuciosa destes que Walter Hawthorne (2011, p. 25). consegue demonstrar (principalmente nos processos) que alguns africanos continuaram como um grupo que agiam enquanto comunidade dividindo os ganhos dos trabalhos realizados pela Cidade.

Tanto o artigo de Mamigonian como o de Hawthorne exploram a pluralidade étnica, social e política constituída no Atlântico, reivindicada por Rediker, Linebaugh e outros expostos no início do texto. São produções ricas tanto quanto da história atlântica quanto da história social do trabalho devido a minúcia metodológica que ressalta o impacto do tráfico de escravizados para com os africanos livres, assim como a experiência desse processo após a chegada no continente, seguida da difícil adaptação em uma sociedade escravista.

Ambos os trabalhos lançam luz para a capacidade de ação de africanos/as que escolhem deixar o Brasil, mas também para as redes da solidariedade criada por eles no país. Também reforçam debates que já vêm sendo realizados no pós-

³⁴ Segundo Hawthorne (2011), malungo para os escravizados em travessia simbolizava companheiro de Viagem, pois resgatava um elo místico do passado real desses povos com pessoas que compartilhavam uma ligação especial no presente.

abolição e mundos do trabalho no século XX, como a dificuldade de negros e negras se estabelecerem nos mundos do trabalho formal e o resultado disto para gerações futuras. Por outro lado, colaboram para a quebra da ideia de anomia social³⁵ ao demonstrar que mesmo livres os negros/as buscaram diferentes formas de se manter nos mundos do trabalho, ainda que na informalidade desde o século XIX.

Já o artigo de Leonardo Affonso de Miranda Pereira *Do Congo ao Tango: associativismo, lazer e identidades entre os afro-portenhos na segunda metade do século XIX* (2011) focaliza na relação entre diáspora atlântica, mundos do trabalho, sociabilidade e identidade desses homens e mulheres em diferentes pontos do atlântico: Congo (África centro-ocidental), Rio de Janeiro e Buenos Aires. Pereira, apresenta as similaridades das sociedades de nação “Conga” na capital Argentina e na cidade do Rio de Janeiro e associa esse processo às configurações das sociedades africanas no Mundo Atlântico.

Os outros dois artigos do dossiê mobilizam o processo de travessia, africanos livres e as experiências de liberdade nos mundos do trabalho, o artigo de Leonardo Pereira demonstra como o lazer e o associativismo também fazem parte da história social do trabalho. Para além da importante constatação que o tango é um construto afro-caribenha na argentina oitocentista (PEREIRA, 2011, p. 45). O texto de Pereira é uma amostragem das vastas possibilidades teórico-metodológicas presentes na história social do trabalho e história atlântica, por articular uma vasta quantidade de periódicos, estatutos de associações afro-brasileiras, afro-caribenhas e salientar as origens comuns desses grupos, bem como o associativismo recreativo é determinante na articulação de novas identidades entre os africanos e seus descendentes na América do Sul (PEREIRA, 2011, p. 41).

Além disto, os impactos da imigração europeia e o pensamento racial do século XIX são destacados no texto, uma vez que esses dois processos geram impactos nos mundos do trabalho argentino e como demonstrado em todo o artigo, o associativismo recreativo está diretamente ligado ao local de trabalho e/ou moradia (PEREIRA, 2011, p. 43). O historiador deixa claro os conflitos entre esses diferentes

³⁵ O conceito de *anomia social* presente nas obras Florestan Fernandes (1964;1972) afirma que os negros foram incapazes de se adaptar à sociedade capitalista devido ao longo período da escravidão, os mesmos não seriam capazes de adentrar no mercado de trabalho assalariado e nem mesmo constituir família. Mas, como demonstram os artigos discutidos no texto até aqui, desde o século XIX os negros livres ou libertos já faziam parte de um mercado de trabalho assalariado e com laços familiares e redes de apoio. Para mais sobre o debate, ver: DOMINGUES (2019); GOMES; PAIXÃO (2008).

grupos raciais no período, posto que os imigrantes italianos também não eram aceitos pelas elites *Criollas* argentinas e viam na reprodução do preconceito para com os negros/as, assim como na assimilação das culturas das elites locais uma tentativa de aceitação social, devido a isso, houve um aumento da solidariedade entre grêmios recreativos negros que até então, também continham suas diferenças.

Após identificar a maior interação entre diferentes clubes negros, Pereira analisa as letras das canções do tango, especificamente entre as décadas de 1860 e 1880, e por meio da musicalidade notabiliza elementos das identidades étnicas africanas. Buscar as identidades afro-portenhas a partir das músicas é outro recurso metodológico notável do artigo. Dado que, no período escravista nem sempre foi possível para africanos/as e seus/as descendentes deixarem documentos escritos, analisar canções negras é um recurso fundamental não só para compreendermos a cultura desses grupos, mas também sua epistemologia, organização, entre outros aspectos. No caso das canções de tango, Pereira identifica a aparição da palavra *malungo* e através dela e outros indicadores como imagens dos jornais e até mesmo mais termos de origem africana, o historiador, mais uma vez, enfatiza o tango como fruto das experiências atlânticas negras.

Por conseguinte, *Do congo ao tango* é um artigo rico em artifícios para mobilização de temas que perpassam por diferentes pontos do Atlântico Sul e o resultado dessas interações constituídas por meio do trabalho forçado que resultam em aspectos identitários (sociais e culturais) marcantes na constituição de países como Brasil e Argentina. Evidentemente, como demonstrado por Pereira, o processo de branqueamento dos negros na sociedade argentina também afetou a cultura afro-portenha, o tango se populariza entre o fim do século XIX e início do século XX, mas o pioneirismo negro no desenvolvimento do ritmo mais popular do país foi progressivamente invisibilizado (PEREIRA, 2011, p. 51).

Pereira encerra o texto com uma comparação dos elementos africanos na cultura brasileira que no mesmo período passam a ser incorporados na cultura popular e mais tardiamente na cultura nacional, mas sempre com sua origem demarcada. Para ele, essa diferença se dá justamente pelos afro-portenhas terem sido apagados da sua identidade de classe e composição étnica da nação argentina que priorizou o branco europeizado (PEREIRA, 2011, p. 51), no caso brasileiro, apesar das tentativas, não foi possível apagar a etnicidade negra de forma tão abrupta quanto na Argentina. Vale destacar que a identidade de classe dos afro-

brasileiros por muito também foi negligenciada, seja por alguns movimentos sociais ou até mesmo pela própria historiografia, embora sempre estivesse presente, desde o século XIX, como vimos nos trabalhos até aqui (Ver NASCIMENTO, 2016; MATTOS, 2009).

O quarto e penúltimo artigo a ser destacado do dossiê é *Alforriar sem libertar: a prática do 'resgate' de cativos africanos no espaço colonial francês no século XIX* da historiadora francesa Céline Flory (2011), trata das práticas de restrição de liberdade de africanos/as nas colônias francesas, mesmo após abolição da escravatura. O trabalho de Flory proporciona uma perspectiva das relações entre África e Europa no Atlântico, bem como o trabalho e sua demanda está no cerne das lutas por liberdade dos escravizados.

A historiadora contextualiza que após a França se comprometer a abolir o tráfico de escravizados em 1815, houve escassez de mão de obra nas colônias. Logo, a alternativa pensada pelo governo francês, a partir de 1819 foi a criação da alforria por meio de contrato ou “resgate”. Essa prática transformava a alforria em um contrato de trabalho entre os africanos e proprietários de terra. Ou seja, africanos e seus desentendes saíam das condições de cativo para uma mão de obra dependente, oficialmente estavam livres, mas na prática foram mantidos como escravizados. Concomitantemente, esta medida do Estado Francês visava não desagradar os grandes fazendeiros das colônias e ao mesmo tempo parecer coerente em relação ao discurso abolicionista (FLORY, 2011, p. 95).

Ao explicitar o sistema de alforria das colônias francesas, Flory lança luz sobre questões que cruzam tanto a história atlântica quanto a história social do trabalho. Primeiro, por demonstrar a semelhanças a do significado de resgate entre Inglaterra e França, para os britânicos “resgate” representava um ato libertador, mas segundo ela, os abolicionistas ingleses e franceses estavam cientes e admitiam essa noção do escravizados como propriedade privada nesse sistema contratual estrategicamente denominado como resgate. É exatamente este o segundo aspecto que o artigo de Flory suscita, pois possibilita comparações com os métodos de alforrias ao sul de equador, especialmente no Brasil, onde a mesma poderia ser concedida pelo senhor via o pagamento de uma indenização, que muitas das vezes resultava em dívidas pagas com contratos de locação de serviço. Mesmo quando isso não ocorria, havia a dificuldade na inserção de livres e libertos na sociedade brasileira oitocentista, o que propiciava a forte exploração desses homens e

mulheres.

Além disso, as contribuições da historiadora francesa nos ajudam a questionar a ideia dos países europeus como baluartes da liberdade no século XIX, pois como demonstrado, houve apenas modificações nos termos e poucas mudanças na prática. De acordo com Flory, os contratos de resgate duravam entre 10 e 14 anos, até ser fixado em 14 anos a partir de 1823 (FLORY, 2011, p. 102) O texto de Flory expõe esse modelo de contrato até 1870, como sabemos o Brasil foi o último país a abolir a escravidão em 1888, mas mediante a conjuntura apresentada por Céline Flory é possível adentrar em uma discussão sobre usufruto real da liberdade no século XIX em diferentes pontos do atlântico norte e sul.

Outro aspecto relacionado às pesquisas atlanticistas é a “rota dos resgatados”, consoante com Flory essa prática também ocorria em regiões mais longínquas como Gorée e Saint-Louis, somado às Antilhas e Guiana Francesa, logo os regimes de contrato para a liberdade se tornaram um artifício jurídico e político em todas as colônias francesas banhadas pelo Atlântico (FLORY, 2011, p. 98).

Para os estudos dos mundos do trabalho, há dados bastante pertinentes no texto a respeito dos contratos de resgate. Consoante com Flory (2011, p. 102) a duração dos contratos era contabilizada por dias efetivos de trabalho, sendo estabelecido o cumprimento de 26 dias de trabalho por mês e em caso de ausência não autorizadas eram acrescentados mais dois dias de obrigatoriedade de trabalho (FLORY, 2011, p. 103). Ainda segundo a autora francesa essa prática retardava o fim do contrato em meses ou até em alguns anos. Como exposto no texto, alguns desses contratos eram remunerados, porém “com o salário diário de 30 centavos os ‘contratados’ africanos eram os que recebiam piores salários em comparação com um contratado indiano que ganhava 48 centavos e um trabalhador local que ganhava em torno 1 franco” (FLORY, 2011, p. 104).

Posto isso, a prática do “resgate” está vinculada aos dois campos historiográficos em questão, por ter ocorrido em todo o Atlântico e ter produzido trabalhadores dependentes a custo baixo, análogo a escravização: “[...] assim, esse processo de alforria estava longe de ser sinônimo de acesso à liberdade e à propriedade de si mesmo. Poucos eram aqueles que chegariam ao fim de seu contrato e que poderiam usufruir plenamente dela” (FLORY, 2011, p. 104). O texto pode provocar análises comparativas de regime de trabalho e concessão de liberdade na América do Sul, entre outros debates já presentes em nossa

historiografia.

Por fim, essa análise dos artigos do dossiê se encerra no Pará com o artigo da historiadora Claudia Maria Fuller *Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859)*. De certo modo, há conexões diretas e indiretas nos artigos do dossiê, o trabalho de Fuller está conectado ao de Céline Flory, por destacar o enquadramento de homens negros e indígenas livres à vadiagem e conseqüentemente ao trabalho compulsório em serviços públicos ou particulares. Mediante uma investigação minuciosa dos regimentos da província do Pará, registros de detentos, periódicos e entre outras fontes, Claudia Fuller evidencia que as condenações de vadiagem e trabalho compulsório tinham critérios raciais, em outras palavras, corpos não brancos tinham sua liberdade restringida pelo Estado (FULLER, 2011, p. 61). Bem como, ocorria com corpos negros das colônias francesas e em outras partes do atlântico, dado que o recorte temporal do texto de Fuller vai de 1838 a 1859.

O trabalho de Fuller origina provocações para as questões étnico-raciais nos mundos do trabalho atlântico, visto que a historiadora salienta a hierarquização social na sociedade oitocentista que garantia o direito de liberdade de homens brancos, poucas vezes enquadrados como vadios e destaca que conseguir a posição social de branco poderia resultar em melhores posições no trabalho e angariar melhores condições de vida (FULLER, 2011, p. 64). Fuller de forma micro aborda essa discussão em uma região do país, porém nos últimos anos houve um aumento de pesquisas dedicadas a compreender a branquitude no Brasil e suas relações com os mundos do trabalho³⁶, assim como seus significados em âmbito global/atlântico (KNOTTER, 2015).

Portanto, após expor os trabalhos com métodos e referências tão consistentes, fica evidente algumas das inúmeras possibilidades de pesquisa e vinculação da história atlântica nos estudos dos mundos do trabalho. Apesar do grande desafio, os dois campos historiográficos são enriquecidos neste movimento. Este dossiê, com mais de uma década, é apenas o sopé de uma montanha historiográfica abaixo do equador que mobilizou às questões trazidas do Atlântico Norte, ressignificou e inovou — em termos metodológicos — as noções de mundo

³⁶ Para melhor compreensão da noção de Branquitude no Brasil ver MULLER, Tania Mara P; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil, 2017.

atlântico que, ao retornarem para o norte, reproduzem a grande circulação e troca deste Oceano, neste caso, historiográfica.

Considerações Finais

Evidentemente, este artigo não dá conta e nem tem objetivo de mobilizar todas as grandes produções da história social do trabalho e da história atlântica, tal qual das obras que articulam ambos os campos historiográficos. Todavia, foram trazidas amostragens de algumas das mais destacadas produções do Brasil e o do exterior, para salientar a importância e ganhos da aproximação da história social do trabalho com o mundo atlântico e vice-versa.

Um dos principais motes para essa discussão é o acinte de Du Bois relacionado à impossibilidade de pensar na formação de um movimento operário sem levar em conta o processo de escravização. Como vimos até aqui, desde os anos de 1980 no Brasil já haviam trabalhos, principalmente na história da escravidão, voltados para essa problemática, mas não podemos deixar de destacar que anteriormente os trabalhos de Clóvis Moura já demonstravam relações e debates nas “lutas paralelas entre operários e escravos” (MOURA, 2019, p. 294).

Ainda assim, vimos a crescente de pesquisas da história social da escravização que concomitantemente (consoante com Du Bois) também são partes da história do trabalho no Brasil. Destaca-se os pontos em comum da tese de Flavio Gomes à pesquisa de Isadora Mota como a capacidade organização e agência dos escravizados é um processo atlântico que influencia na organização dos trabalhadores livres, libertos ou em busca da liberdade.

Além do mais, foi demonstrado a recepção das noções atlanticistas nas perquirições da história social do trabalho e as possíveis variações metodológicas com o mundo atlântico, desde vias mais comuns relacionadas ao tráfico negreiro, ou tendências mais recentes como as questões sobre sociabilidade, associativismo e lazer negro em perspectiva comparada com outros países que vivenciaram processos parecidos, como o caso de Brasil e Argentina no artigo de Leonardo Pereira.

Outrossim, as temáticas acerca da restrição de liberdade de corpos negros no Brasil, África e nas ilhas caribenhas (antigas colônias francesas) fomenta discussões sobre relações raciais do mundo atlântico. Dado que, seja na França ou

no Brasil, há uma clara constituição hierárquica em torno do sentido liberdade associada à brancura. Os debates sobre branquitude e brancura vem crescendo no Brasil e precisam estar mais associados aos mundos do trabalho, em conformidade com a psicóloga Maria Aparecida Bento, a branquitude produz privilégios simbólicos e materiais palpáveis na ideia de invisibilidade racial, ou identidade não marcada (BENTO, 2002).

A psicóloga ainda acrescenta com importantes contribuições sobre a projeção do branco sobre o negro oriunda do medo, marcada pelo silêncio e guardião de privilégios, como também, o local ocupado pelo branco na perpetuação de desigualdades raciais em nossa sociedade (BENTO, 2002, pp. 14-22). Estes aspectos precisam estar vinculados nas pesquisas inscritas nos mundos do trabalho, pois a maioria das discussões relacionadas a relações raciais e classe trabalhadora focalizam na raça negra.

Já os debates relacionados à branquitude em perspectiva Atlântica ou global, como propõe Ad Knotter, possibilitam comparações sobre um grupo racial pouco marcado na historiografia, que pode apresentar, de forma conjunta, como a categoria explicativa branco está interposta nas opressões de raça, classe e gênero em diferentes contextos históricos (KNOTTER, 2015).

Logo, é necessário demarcar os ganhos reais que brancura possibilitou para homens e mulheres no mercado de trabalho no século XIX e seus impactos nas reconfigurações raciais do século XX, como vimos num dossiê não muito recente, existe um leque de fontes e possibilidades teóricas de todos os lados do atlântico. Ainda assim, como explicitado na seção anterior, os 5 artigos do dossiê “*(Outros) Trabalhadores livres no atlântico oitocentista*” são bastante uteis para refutar o conceito de anomia social dos negros e sua capacidade de integração na sociedade de classes do século XX, pois como vimos os escravizados integram a classe trabalhadora brasileira.

Por fim, mas igualmente importante, outro movimento fundamental e complementar para os debates realizados nesse artigo é a análise de como os estudos atlânticos e da história social do trabalho foram mobilizados por historiadores africanos inscritos nesses campos em seus países, além da perspectiva mais geral de historiadores africanos em relações as pesquisas da América do Norte e do Sul. Este câmbio historiográfico com diferentes noções e métodos de diferentes pontos do atlântico (Brasil, África, Europa e EUA, por

exemplo) produzido por especialistas atlanticistas e dos mundos do trabalho, seria bastante enriquecedor e amplificador das questões e provocações apresentadas ao longo do artigo. Deste modo, foi possível demonstrar como as produções brasileiras foram capazes de “estremecer as montanhas do Atlântico Sul” ao demarcarem suas peculiaridades e semelhanças na rota – historiográfica – do mundo atlântico como um todo.

Artigo recebido em 26 de julho de 2022

Aprovado para publicação em 19 de setembro de 2022

122

Referências

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branquitude e branqueamento no Brasil. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. **Protagonismo em São Paulo**. São Paulo: Edições Sesc-SP, 2019.

FLORY, Céline. Alforriar sem libertar: a prática do ‘resgate’ de cativos africanos no espaço colonial francês no século XIX. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, vol. 3, n. 6, pp. 93-104, 2011.

FULLER, Claudia Maria. Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838-1859). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, vol. 3, n. 6, pp. 52-66, 2011.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, 2001.

GOMES, Flavio dos Santos. **A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)**. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Maracanan**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, pp. 171-194, 2008.

HAWTHORNE, Walter. “Sendo agora, como se fôssemos, uma família”: laços entre companheiros de viagem no navio negreiro Emília, no Rio de Janeiro e através do Mundo Atlântico. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, vol. 3, n. 6, pp. 7-29, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre História Operária**.

(1984) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JAMES, CiryL Lionel Robert. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. Tradução Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2010.

KNOTTER, Ad. Mineração de carvão, migração e etnicidade: uma história global. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, Vol. 7, n. 14, jul-dez, 2015.

LINEBAUGH, Peter. "Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram". **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH; Editora Marco Zero, ano 3, nº 6, setembro de 1983, pp. 7-46.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A Hidra de Muitas Cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MAMIGONIAN, Beatriz G.; POPINIGIS, Fabiane. Apresentação do Dossiê. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, vol. 3, n. 6, pp. 1-6, 2011.

MAMIGONIAN, Beatriz G. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. **TOPOI**, Rio de Janeiro. n. 9 v. 5, 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz G. Em nome da liberdade: abolição do tráfico de escravos, o direito e o ramo brasileiro do recrutamento de africanos (Brasil – Caribe britânico, 1830-1850). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, vol. 3, n. 6, pp. 67-92, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro". **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v.1, n.1, 2009.

MOTA, Isadora Moura. Cruzando caminhos em Ibicaba: escravizados, imigrantes suíços e abolicionismo durante a Revolta dos Parceiros (São Paulo, 1856-1857). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 63, 2021.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MULLER, Tania Mara P; CARDOSO, Lourenço. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: editora Appris, 2017.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições à história social do trabalho no Brasil, **Estudos Históricos**, vol. 29, n.59, 2016.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Do Congo ao Tango: associativismo, lazer e identidades entre os afro-portenhos na segunda metade do século XIX. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, vol. 3, n. 6, pp. 30-51, 2011.

REDIKER, Marcus. **O Navio Negroiro**: uma história humana. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José. Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia oitocentista. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 34, 2006.

REIS, João José; GOMES, Flavio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro (c. 1822-c. 1853)**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2010.

RUSSELL-WOOD, A.J.R: Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. **História-São Paulo**, vol. 28, núm. 1, 2009, pp. 17-70.

SCHILIKIMANN, Mariana. História da África e história Atlântica: contribuições e possibilidades. **Revista da ABPN**. v. 8, n. 19, pp. 232-247, 2016.

SWEENEY, Robert. Outras canções de liberdade: uma crítica de “Todas as montanhas do Atlântico Estremeceram”. **Revista Brasileira de História**. v.8. n.16, pp. 205-2019, 1988.

THOMPSON, Estavam Costa. O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX). **Temporalidades – Revista de História da UFMG**, Vol. 4, n.2, pp. 82-102, 2012.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. V.1, v.2 e v.3, 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

Sobre a autoria

¹Mestrando em História Social (2021 –) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: thompsonclimaco@gmail.com.